



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ALIANE SILVA COSTA**

**ALUNO COM DEFICIÊNCIA? OU ALUNO DEFICIENTE?  
O QUE DIZ A VOZ DO PROFESSOR?**

**CAMPINA GRANDE-PB  
2018**

**ALIANE SILVA COSTA**

**ALUNO COM DEFICIÊNCIA? OU ALUNO DEFICIENTE?  
O QUE DIZ A VOZ DO PROFESSOR?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Especial.

Orientadora: Prof. Me. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro

**CAMPINA GRANDE  
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837a Costa, Aliane Silva.  
Aluno com deficiência ? ou aluno deficiente? o que diz a voz do professor? [manuscrito] / Aliane Silva Costa. - 2018.  
31 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.

"Orientação : Profa. Ma. Ruth Barbosa de Araujo Ribeiro, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Educação inclusiva. 2. Deficiência. 3. Acessibilidade.

21. ed. CDD 371.9

ALIANE SILVA COSTA

**ALUNO COM DEFICIÊNCIA? OU ALUNO DEFICIENTE?  
O QUE DIZ A VOZ DO PROFESSOR?**

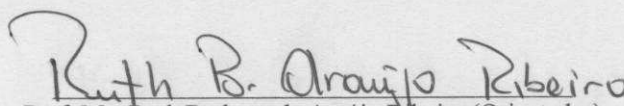
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Especial.

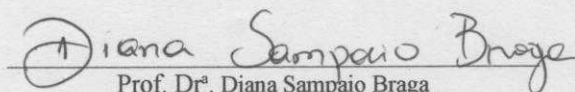
Orientadora: Prof. Me. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro

Aprovada em: 18/06/2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr<sup>a</sup>. Diana Sampaio Braga  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Livanía Beltrão  
Instituto Federal da Paraíba (UEPB)

A Deus por ter me dado forças para chegar ate aqui, e a minha irmã Adriana que me deixou antes de dividir esta alegria comigo, mas sei que lá no céu estar feliz por mais essa minha conquista. DEDICO.

## AGRADECIMENTO

Existem pessoas que tornam caminhada mais significativa pela companhia, pelo apoio, pelo carinho e porque nos tornam melhores.

Agradeço primeiramente a Deus, por ter segurado a minha mão durante esta caminhada, por ter me levado no colo e ter me mostrado que eu era capaz todas as vezes que pensei em desistir.

Agradeço a todos que formam a minha família, mãe, irmãos, filhos, neto e cunhadas que sempre me apoiaram, e me ajudaram durante essa jornada.

A minha irmã Adriana (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado, dando-me força.

Agradeço de forma especial ao meu companheiro Carlos Martins que me apoiou de todas as formas e foi o maior incentivador para realização dessa graduação.

A esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração que deram a oportunidade de subir mais um degrau para enxergar um novo horizonte.

A todos os meus colegas de curso de Pedagogia, e a um grupinho em especial, Dieska, Renata e Viviane que de alguma maneira tornaram minha vida acadêmica cada dia mais leve. Peço a Deus que abençoe grandemente a cada um, preenchendo seus caminhos com muita paz e prosperidade.

A Flávia por ter me escolhido como parceira e ter me suportado durante todo o decorrer do curso e ter me presenteado com sua amizade e estar presente no momento mais difícil em minha vida.

Por fim agradeço a minha orientadora, que me orientou brilhantemente, sendo sempre, confiante na minha capacidade paciente, que durante a caminhada me viu quase desistir, porém não desistiu de mim. Obrigada por todas as orientações, correções, por sempre acreditar em mim. Quero expressar o meu reconhecimento e admiração pela sua competência profissional e minha gratidão pela sua amizade, por ser uma profissional extremamente qualificada e pela forma humana que conduziu minha orientação.

## DEFICIÊNCIAS

"Deficiente" é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

"Louco" é quem não procura ser feliz com o que possui.

"Cego" é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

"Surdo" é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

"Mudo" é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

"Paralítico" é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

"Diabético" é quem não consegue ser doce.

"Anão" é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:

"Miseráveis" são todos que não conseguem falar com Deus.

"A amizade é um amor que nunca morre."

## SUMÁRIO

|                |  |           |
|----------------|--|-----------|
| <b>1</b>       | <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>07</b> |
| <b>2</b>       | <b>A DEFICIÊNCIA NO BRASIL: UM POUCO DA SUA HISTÓRIA.....</b>                                | <b>08</b> |
| <b>2.1</b>     | <b>A FORMAÇÃO DO PROFESSOR FACE A INCLUSÃO: O QUE DIZ AS POLITICAS DE<br/>EDUCAÇÃO.....</b>  | <b>12</b> |
| <b>2.1.1</b>   | <b>A ESCOLA E SUA DEFICIÊNCIA.....</b>   | <b>15</b> |
| <b>2.1.2</b>   | <b>METODOLOGIA DA PESQUISA/RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO.....</b>                                 | <b>18</b> |
| <b>2.1.2.1</b> | <b>ANÁLISE DOS DADOS: SOU E SEREI PROFESSOR E O QUE ENTENDO DE<br/>INCLUSÃO ESCOLAR.....</b> | <b>25</b> |
| <b>3</b>       | <b>CONCLUSÃO.....</b>  | <b>28</b> |
| <b>4</b>       | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>30</b> |



## ALUNO COM DEFICIÊNCIA? OU ALUNO DEFICIENTE? O QUE DIZ A VOZ DO PROFESSOR?

Aliane Silva Costa\*

### RESUMO

O presente trabalho intitulado “Aluno com deficiência? Ou aluno deficiente? O que diz a voz do professor” tem como objetivo, analisar os desafios que os alunos da graduação enfrentam no dia a dia na sala de aula comum e qual entendimento que apresentam sobre deficiência. Assim como, compreendermos por que a maioria das escolas, comum de ensino, ainda oferece pouca acessibilidade para que os alunos com deficiência se sintam realmente incluídos. A metodologia aplicada para essa pesquisa foi de abordagem qualitativa com caráter descritivo analítico, considerando a aplicação de questionário. O questionário apresentava as seguintes questões: Em sua graduação você já cursou disciplinas que abordam a temática inclusão escolar? Você sente-se seguro para desempenhar sua prática ou sua futura prática em sala de aula com alunos (as) que apresentam algum tipo de deficiência? Por quê? Que curso de formação continuada você costuma realizar que venham auxiliar em sua prática junto a alunos com deficiência? O que você entende por deficiência? Qual sua posição sobre a acessibilidade apresentada na sociedade para a pessoa com deficiência? Este trabalho foi baseado em relatos dos alunos da graduação que já atuam em sala de aula e que estão concluindo o curso de pedagogia na UEPB no turno da noite. A análise do questionário apresenta os problemas os quais os alunos da graduação não se sentem preparados para lidar com as crianças com deficiência e os problemas no processo da inclusão na escola regular.

**Palavras-Chave:** Educação. Inclusão Escolar. Deficiência

### INTRODUÇÃO

Sou graduanda do curso de Licenciatura em pedagogia da UEPB, cursei uma disciplina de educação especial a qual me ajudou muito, a conhecer alguns tipos de deficiência, pois antes de cursar a disciplina eu e alguns amigos, vivíamos em troca de conversas pelos corredores da Universidade, com muitas dúvidas e medo para enfrentar a sala de aula com crianças que apresentassem algum tipo de necessidades educacionais especiais, pois era comum ouvirmos as queixas de docentes, quando estávamos em estágio, que não se sentiam preparados para trabalharem com alunos que apresentassem algum tipo de

---

\*Aluna de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.  
Email: alianesilvacosta@hotmail.com

deficiência. Eles acreditavam que era necessário ter formação de especialista. Eram muitos os relatos que ouvíamos nos estágios e percebia que os professores tentavam resistir ao acolhimento das crianças com necessidades educacionais especiais, tendo uma visão de que o lugar delas era apenas na sala de escolas especiais.

Essas observações me conduziram a buscar informações de como os profissionais da educação estavam sendo preparados para lidar com a inclusão escolar e como esses compreendiam o significado de deficiência. Portanto, este trabalho é baseado em relatos de alguns professores que já atuam nas escolas com crianças que apresentam necessidades educacionais especiais e relatos de alunos de graduação que ainda cursam licenciatura. Objetivamos analisar os desafios que eles enfrentam no dia a dia na sala de aula comum e qual entendimento que apresentam sobre deficiência. Assim como, compreendermos por que a maioria das escolas, comum de ensino, ainda oferece pouca acessibilidade para que os alunos com deficiência se sintam realmente incluídos.

Partindo desse pressuposto, como aporte teórico usamos autores a exemplo de: Bueno (1993), Jannuzzi (2004), Mazzotta (2005) (2016), Mantoan (2008), Martins (2008), Mendes (2001), Moita (1992), Nóvoa (1995), Ribas (2007) entre outros.

Esperamos que esse trabalho sirva de reflexão e pesquisa para todos aqueles que se interessarem pelo o tema aqui abordado e contribua para mudanças de postura de profissionais que atuam com a temática a qual propomos.

## **2 A DEFICIÊNCIA NO BRASIL: UM POUCO DA SUA HISTÓRIA**

A trajetória do indivíduo com deficiência é marcada ao longo do tempo por preconceitos e lutas em favor do direito à cidadania, pois a perspectiva com a qual era entendida a deficiência e as causas de sua existência influenciava diretamente na aceitação e participação destas pessoas na sociedade. Existem relatos, segundo Gugel (2007) de países que abandonavam as crianças dentro de cestos ou outros lugares considerados sagrados. Para eles as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram vistas como castigo divino e que essas crianças não teriam serventia, as que escapavam vivas serviam como escravas para trabalhar em circos na cidade. Com o surgimento do cristianismo as pessoas com deficiência começaram a ser vista como alvo de caridade e começaram a ser acolhidas, pela igreja, deixando assim de serem abandonadas. A partir do século IV começaram a surgir os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e indivíduos com deficiências.

Jannuzzi (2004, p.9) nos afirma que no Brasil também houve relatos de crianças com deficiência que eram “abandonadas em lugares assediados por bichos que muitas vezes as mutilavam ou as matavam”. Em 1726 foi criada a primeira roda de expostos em Salvador onde as crianças eram colocadas e as religiosas as recolhiam, elas alimentavam, educavam e davam cuidados necessários. Na idade moderna surgem idéias de transformações que marcam o humanismo, que segundo Kassar (1999 p.4) “uma grande população de pessoas pobres e com deficiência, se reunirão para mendigar”. Porém, uma grande mudança foi percebida no século XIX, para as pessoas com deficiência. Philippe Pinel começou a propor que as pessoas com deficiência mental fossem tratadas como doentes, ao contrário de como eram tratadas com violência e discriminação. (GUGEL, 2007). Neste período foi concebido o primeiro tratamento para deficientes, momento que surge a história do “menino-lobo”, o selvagem de Aveyron, Victor, que foi educado e reabilitado pelo médico Itard (1774- 1830) o que aborda Jannuzzi (2004)

Mazzotta (2005) afirma que o século XX foi marcado por muitas mudanças de paradigmas, trazendo avanços importantes para as pessoas com deficiência que eram atendidas no ensino regular em instituições especializadas. Na primeira metade do século XX havia cinquenta e quatro estabelecimentos que atendiam a pessoas com deficiência e onze instituições especializadas.

Um importante marco favorável às pessoas com deficiência quanto ao cenário político mundial acontece no período da institucionalização em 1948 com o surgimento da Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948), vem propor Igualdade entre as pessoas, justiça, garantia da dignidade, proteção e liberdade a todos os cidadãos. Estes são alguns dos princípios e valores que regem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em vigor há 66 anos, desde 10 de dezembro de 1948. O documento surge no contexto pós 2ª Guerra Mundial a partir de um esforço da Organização das Nações Unidas (ONU) em promover a paz. A declaração beneficia especificamente grupos minoritários incluindo neles as pessoas com deficiência, que historicamente sofreram com exclusões e maus tratos.

Ainda nesse período de institucionalização outro importante acontecimento foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº4. 024, de 1961. Nessa Lei a educação de pessoas com deficiência é abordada de forma explícita em dois artigos:

At. 88. A educação de excepcionais deve no que for possível enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais da educação, e relativa á educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsa de estudo e subversões.

A promulgação da LDBEN de 1961 foi considerada por Mazzotta (2005) o marco inicial das ações oficiais no que diz respeito á área de educação especial, já que, anteriormente, tais ações estavam restritas a iniciativas isoladas do contexto político educacional nacional.

Em relação à educação especial no Brasil, segundo Mazzotta (2005), no dia 17 de setembro de 1854 foi inaugurado no Rio de Janeiro o Instituto de Meninos Cegos, criado pelo Imperador D. Pedro II, posteriormente chamado Instituto Benjamim Constant. A fundação do instituto teve grande participação de José Álvares de Azevedo, um cego brasileiro que havia sido aluno do Instituto de Jovens Cegos de Paris. Em 1857 foi criado o Imperial Instituto de Surdos-mudos a primeira instituição criada no Brasil para surdos.

A fundação desses dois Institutos representou uma grande conquista para o atendimento dos indivíduos deficientes, abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação. No entanto, não deixou de “se constituir em uma medida precária em termos nacionais, pois em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos”, nestas instituições. (MAZZOTTA, 1996, p.29).

Desde o século XVI a história da educação no Brasil, para pessoas com deficiência vem caminhando, pedagogos e profissionais da saúde já trabalhavam acreditando na possibilidade de educar os indivíduos considerados incapazes e ineducáveis, porém os cuidados eram de cunho assistencialista e desenvolvidos em asilos e manicômios. Ao pensar em uma educação diferenciada o tratamento dos doentes mentais eram feitos dentro de clínicas psiquiátricas e nos institutos cegos e surdos eram separados do convívio com as outras pessoas tornando-se excluídos, pois precisavam ser isolados.

A educação especial no Brasil em sua historia apresenta duas vertentes pedagógicas, a médico – pedagógica e a psicopedagógica, na vertente médico – pedagógica se caracterizam pela preocupação com a forma higienizadora da sociedade brasileira com isso veio a criação de escolas em hospitais e clinicas, decisões, tanto ao diagnostico quanto as práticas escolares são subordinadas ao médico, tornando assim essa tendência mais segregativa da educação especial no Brasil. (MENDES, 1995)

Já na vertente psicopedagógica e ênfase vai para o psicológico, em um conceito mais coerente para a anormalidade e defendia a educação dos anormais. Os profissionais que

seguiram essa corrente faziam uso de materiais pedagógicos e desenvolviam uma escala de inteligência para ser utilizada como identificadora de níveis de inteligência, essa corrente foi a mais aceita e aplicada e com isso foi a ferramenta fundamental para o processo de segregação, pois eram origem as salas especiais para deficientes mentais. (DECHICHI, 2001).

Bueno (1993) relata que no período de 1884 começava o tratamento no hospital psiquiátrico da Bahia e dessa forma, a educação especial foi tomando forma e se expandindo por todo Brasil, em 1903 foi criado na Bahia no Pavilhão Bourneville, no Hospital D. Pedro II que tratava de doentes mentais; em 1923 foi implantado o pavilhão de Menores no Hospital do Juqueri e o Instituto Pestalozzi de Canoas, em 1927.

Segundo Mendes (2001) no período de 1940 a 1959, houve uma grande expansão nos números de estabelecimentos, no final do ano de 1958 o Ministério da Educação começa a prestar assistência técnico-financeira as secretarias de educação e institutos especializados que faziam atendimento educacional especial. No entanto o sistema de exclusão e segregação ainda estava presente e servia como base de trabalho desses estabelecimentos educacionais especiais.

Os primeiros cursos de capacitação para professores na área de Educação Especial foram em 1973 quando foi criado o centro Nacional de Educação Especial – CENESP, em parceria com o ministério da educação. Em 1985 um comitê foi criado para planejar, fiscalizar e traçar políticas na questão dos deficientes. Em 1986 foi criada a Coordenadora nacional de educação da pessoa portadora de deficiência e em 1990 a secretaria Nacional de Educação Básica começa a assumir a implementação da política da educação especial.

Em 1994 com uma nova visão de educação para pessoas com deficiência foi dado um pontapé inicial, promovido pelo governo da Espanha em parceria com a UNESCO, a conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que acabou resultando em um dos documentos mais importantes para a promoção da educação Inclusiva em todo o mundo intitulada Declaração de Salamanca, que norteia caminhos e atitudes para que se desenvolva uma educação de qualidade para todos os indivíduos.

No desenvolvimento do processo de inclusão as políticas educacionais têm fundamento no princípio da igualdade de direito entre as pessoas, tem como objetivo uma educação de qualidade para todos, sem discriminação e respeitando acima de tudo as diferenças individuais e dessa forma garantindo não só o acesso a essa educação, mas também, a permanência desses indivíduos até a sua formação.

A elaboração da Declaração de Salamanca em 1994 vem modificar o cenário da educação mundial, este documento foi criado para apontar aos países a necessidade de

políticas públicas e educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo igualitário independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais. A declaração destaca a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 17-18).

De acordo com a declaração os princípios por ela defendidos é que as escolas e seus projetos pedagógicos se adequem as necessidades dos indivíduos nela matriculados, de acordo com a Declaração de Salamanca (art. 11º, p 13) “O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas”.

Vimos que, no decorrer do tempo à questão da deficiência foi ganhando força, leis foram criadas para que as pessoas com deficiência fossem tratadas com igualdade. Porém sabemos que no Brasil, as leis são muito bem escritas e organizadas, mas quando chegamos à prática a situação se modifica e se percebe que sua aplicabilidade não condiz com a legislação vigente. Assegurar esses direitos torna-se dever do governo brasileiro atingindo desta forma, uma educação de qualidade e de igualdade para todos.

## 2.1 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR FACE À INCLUSÃO: O QUE DIZ AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO.

A formação de professores está inserida nas políticas educacionais. Considerando a educação como algo vasto, pois a mesma acontece em diferentes espaços e abrange a educação escolar que se procura oferecer de modo geral para a população. As políticas de formação de professores ganharam força e visibilidade nas últimas décadas em decorrência da concepção de que representam uma ação fundamental para a melhoria da educação básica. A formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvida, essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar. A implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educacionais especiais, além da precariedade da infraestrutura e de condições

materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. O que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação dos educadores para trabalhar com essa clientela, e isso certamente se constitui em um sério problema na implantação de políticas desse tipo.

A própria LDB reconhece a importância deste aspecto como pré-requisito para a inclusão, ao estabelecer, em seu artigo 59, que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: [...]  
III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Apesar de haver necessidade de preparação adequada dos agentes educacionais o que tem acontecido nos cursos de formação docente, em termos gerais, é a ênfase dada aos aspectos teóricos, com currículos distanciados da prática pedagógica, não proporcionando, por conseguinte, a capacitação necessária aos profissionais para o trabalho com a diversidade dos educandos (Rodrigues, 2003).

Quando se fala de inclusão escolar, nesta perspectiva, o professor da escola regular deve estar apto para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar, pois se considera, portanto, que o sucesso da inclusão escolar vai depender, em grande medida, do trabalho pedagógico do professor da classe comum, pois este deve ser qualificado para responder as necessidades diferenciadas de seus alunos, para propor situações de ensino aprendizagem satisfatória para todos:

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. MENDES (2004, p. 227).

A partir da Portaria nº 1793 foi reconhecida a importância de complementar os currículos de formação de docentes e de outros profissionais que atuam em áreas afins, sendo recomendada a inclusão de disciplina específica focalizando aspectos ético-político-educacionais relativos às pessoas com necessidades especiais, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em outras licenciaturas, assim como a inclusão de conteúdos específicos em cursos da área da Saúde e em outras áreas.

Na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, há referência à inclusão e à formação de professores:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001, p. 25-26)

As práticas pedagógicas advindas da política da inclusão escolar, inclusive as práticas pedagógicas dos professores de classe comum com alunos com necessidades educacionais especiais, apesar da inclusão não ser um assunto recente, essas práticas do professor para com a inclusão são ainda recentes no nosso país. Neste sentido, é interessante que estas práticas possam ser avaliadas e monitoradas, para que possamos socializar indicadores de sucesso e também os problemas encontrados. Nesse processo o professor do ensino especial precisa rever sua prática e possibilidades de atuação num contexto em que discute e se programa a inclusão, a inserção do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, a modificação ou adaptação das escolas especiais e a possibilidade da organização de redes de apoio.

Conhecimentos sobre inclusão devem ser garantidos a todos os professores em formação e também em formação continuada, essa formação tem como objetivo qualificar os professores e melhorar suas condições no exercício profissional. Prieto (2006, p. 59) aponta para a necessidade de se proceder a um levantamento do perfil acadêmico desses alunos e professores e de suas experiências com alunos com necessidades especiais, para que se organizem e implementem ações que promovam o acesso aos conhecimentos necessários para sua formação e atuação. Mostrar como essas políticas estão sendo realizadas significa trazer elementos fundamentais para reforçar as concepções que sustentaram sua criação e implementação. Significa jogar luz sobre sua relevância para se produzir melhoria na e para a educação. Com esse pensamento a formação para o professor que vai trabalhar com aluno especial deve começar desde a graduação com o pensamento de formar um professor capacitado para entrar nesse campo da inclusão com uma formação de qualidade

Torna-se de fundamental importância que as políticas públicas considerem primordial a oferta de programas de capacitação e formação continuada de professores para atuação no ensino regular frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, cabendo ao sistema público de ensino garantir e prover essa capacitação, no entanto:

[...] Enquanto os docentes não modificarem e redimensionarem sua prática profissional para ações mais igualitárias, isto é, não se posicionarem efetivamente como responsáveis pelo ato de educar também alunos com necessidades



educacionais especiais, o professor terá diante de si um obstáculo e não um estímulo para aproveitar todas as oportunidades de formação permanente. (BARBOSA; GOMES, 2006 p.8).

Nos cursos de formação de professores o que deve ser colocado em prática é formar o professor crítico e comprometido com o ensino e aprendizagem de seus alunos. Professor que esteja preparado para trabalhar com as diferenças num contexto crítico.

A formação continuada em contexto deve ter como foco as diferentes situações que constituem o ato educativo, a análise das práticas docentes e a criação de espaços para a reflexão coletiva, esforçando-se, sempre, para criar na escola a crença de que é possível pensar soluções para as questões que se tornem presentes. São esses movimentos que nos levam a concordar com que:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores. (NÓVOA 1995, p. 25):

Portanto a escola se torna o lugar de formação, pois o espaço possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive dos com deficiência. Esse espaço das práticas pedagógicas, tornando-se uma oportunidade para repensar as relações de poder existentes no currículo, os mecanismos utilizados para validar os conhecimentos e os pressupostos que fundamentam quem pode ou não aprender na escola.

### 2.1.1 A ESCOLA E SUA DEFICIÊNCIA.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, refere-se “preferencialmente” a inclusão, havendo quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades e que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas do aluno não for possível sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Com a Resolução n.2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção á diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o Atendimento

Educacional Especializado, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos. No entanto, a realidade desse processo INCLUSIVO é bem diferente do que se propõe na legislação e requer muitas discussões relativas ao tema devido que o maior problema esta em que, no nosso país, as leis não são cumpridas como deveria ser.

Porém, o paradigma da inclusão vem ao longo dos anos buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência no ensino regular. Apesar de tudo a maioria das escolas, no entanto, está longe de viabilizar a inclusão. Na prática o que tem acontecido são escolas que recebem alunos com deficiência, mas que as segregam dentro do próprio ambiente escolar, criando, por exemplo, salas especiais ou as colocando com cuidadores alegando que não acreditam no benefício que tais crianças podem ter ao frequentar o ensino regular, por exemplo, afirmando que jamais vão conseguir aprender. Esse pensamento reforça a necessidade da escola repensar seu papel e suas práticas, pois, a escola só ensina a todos quando fica atenta á necessidade de respeitar o ritmo e observar as capacidades de cada um, em vez de enfatizar limitações.

A inclusão de alunos com necessidades especiais em classes regulares representa um avanço histórico, postulando uma reconstrução da educação de maneira que a escola esteja aberta às diferenças.

A educação inclusiva é uma possibilidade de romper as barreiras que inviabilizam a aceitação das diferenças entre as pessoas. Mas, trata-se de um processo complexo, que exige capacitação, exercício da tolerância, conhecimento e que também necessita de avaliação permanente.

O crescimento das práticas educacionais inclusivas deriva de um maior reconhecimento de que alunos com deficiência prosperam quando eles recebem, na maior medida possível, as mesmas oportunidades educacionais e sociais que alunos sem deficiência.

Segundo Martins (2008), a educação inclusiva desafia a escola a modificar-se de modo a atuar de acordo com as necessidades do alunado, buscando qualidade na educação de todos. Esse desafio vem mostra que, a escola inclusiva busca uma educação de qualidade não apenas para pessoas com deficiência, mas tenta combater também a exclusão das mais diversas formas.

A educação para as crianças com deficiências é de fundamental importância, uma vez que nela que acontece a socialização, abre espaço para o respeito à individualidade do outro e o convívio com as crianças “normais” facilita o desenvolvimento físico, social e cognitivo.

Todas as crianças, independentes da faixa etária e nível de escolarização têm direito a educação regular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9394/96) prevê no Capítulo

V – Da Educação Especial no parágrafo 3º, que “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (BRASIL, 1996). Tal educação deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A Educação Inclusiva parte do propósito de que todos os alunos devem estar na escola regular, sem deixar ninguém para trás (MANTOAN, 2006, p. 16).

Partindo do propósito de que todos os alunos devem estar na escola à educação inclusiva precisa antes de tudo eliminar barreiras que impeçam que o aluno permaneça na sala de aula regular com propostas concretas de aprendizagem e socialmente ajustadas tanto no ambiente escolar como fora dele.

Alguns obstáculos impedem o ingresso e a permanência de alunos com deficiências nas escolas regulares, sejam elas públicas ou privadas, favorecendo assim o isolamento destes alunos no seio da família, não lhes dando oportunidade ao direito constitucional de igualdade como cidadão, de pertencer e participar de atividades escolares juntamente com outras crianças na escola regular, isolando-os na maioria das vezes em escolas especiais.

A escola regular não tem sido adaptada para receber as crianças com deficiências, na sua maioria física, que depende deste aporte para que possa fazer parte da comunidade escolar. A falta de banheiros adaptados, ausência de rampas para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, escadas sem corrimões, portas de salas de aula com pouco espaço para passar uma cadeira de rodas, pouca luminosidade, dentre outros.

No entanto o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou a Lei 10.098, em dezembro de 2000, a qual estabelece normas para a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência. Trata-se de normas gerais, bem como de critérios para a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e como tantas outras leis faltam ser colocadas em prática.

Entre as barreiras para que a inclusão aconteça, a escola regular se depara com a pouca formação do professor. Existem professores sem o devido preparo para atuar com estes alunos na educação inclusiva, não conseguindo adequar as aulas ministradas as técnicas, teorias e métodos para o sucesso da aprendizagem dos alunos.

Sobre esse tema, Ribas afirma que:

Professores que não tem o devido preparo não sabem avaliar características diferenciadas em alunos diferenciados. Aprendem e transmitem os conteúdos de suas disciplinas como se tivesse na sala de aula uma coletividade uniforme de alunos idênticos (RIBAS, 2007, p. 95).

Os Professores usam a justificativa de não conseguirem exercer sua função dentro de uma sala de aula regular com uma criança com deficiência devido ao despreparo, pois não lhes foram oferecidas no momento inicial de sua carreira, ou no processo contínuo, cursos de formação continuada.

Carvalho afirma que isto acontece, por que:

[...] professores alegam (com toda razão) que em seus cursos de formação não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação especial. Muitos resistem, negando-se a trabalhar com esse alunado enquanto outros os aceitam, para não criarem áreas de atrito com a direção das escolas. Mas, felizmente, há muitos que decidem enfrentar o desafio e descobrem a riqueza que representa o trabalho na diversidade (CARVALHO, 2004, p. 27).

Para que aconteça uma boa formação do professor, é preciso que se invista em formação para a educação inclusiva e ao longo de sua carreira, atualizar-se sempre em cursos de formação continuada. Só assim estaremos dando um passo em direção ao atendimento de crianças com deficiências na sala de aula da escola regular.

Portanto para que a escola de um passo para quebrar as barreiras da deficiência que impede que se faça uma inclusão é importante que todos tomem consciência que a escola não é mais a de antes. Temos alunos de todos os níveis de aprendizagem e cada dia mais as crianças com deficiências estão sendo matriculadas e merecem atenção de toda a equipe administrativa e pedagógica da escola.

### 2.1.2. METODOLOGIA DA PESQUISA/ RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO

Para realização desta pesquisa utilizamos como metodologia a abordagem qualitativa com caráter descritivo analítico, considerando a aplicação de questionário. Onde se entende por metodologia “o caminho percorrido pelo pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2010, p.14).

A abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresentando como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques, Godoy (1995). A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2010), busca questões muito específicas e pormenorizadas, preocupando-se com um nível da realidade que não pode ser mensurado e

quantificado. Atuando com base em significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, e outras características subjetivas próprias do humano e do social.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128) pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Em se tratando da entrevista, a atenção tem sido dada à formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado (TRIVINOS, 1987; MANZINI, 2003).

Portanto, para a realização da pesquisa o grupo escolhido foram os alunos que estão concluindo o curso de pedagogia na UEPB no turno da noite, ao qual boa parte já está em sala de aula. Com o objetivo de analisar os desafios que eles enfrentam no dia a dia na sala de aula comum e qual entendimento que apresentam sobre deficiência. Assim como, compreendermos por que a maioria das escolas, comum de ensino, ainda oferece pouca acessibilidade para que os alunos com deficiência se sintam realmente incluídos.

Para a análise elaboramos um questionário, onde se optou por analisar 5 questões. Para tal foram distribuídos 21 formulários com a turma, com as perguntas aqui relacionadas, dos quais apenas em função da disponibilidade e a falta de interesse pelo tema, ou medo de que suas respostas fossem avaliadas pela instituição apenas 11 alunas responderam ao questionário. Para descrevermos as perguntas e respostas optamos por **AP-** para aluna pesquisadora, e **R1, R2...** para as alunas do curso.

**AP 1: Em sua graduação você já cursou disciplinas que abordam a temática inclusão escolar? Se a resposta for positiva exemplificar?**

**R1** – Sim, porém não o suficiente para colocar em prática o que foi passado em sala de aula, tendo em vista o pouco tempo que estudamos deixa muito a desejar.

**R2** – Sim, de forma muito suscita, porém bastante importante. Nos foi ensinado sobre o aprendizado e a necessidade de se respeitar o tempo da criança com necessidades especiais!

**R3** – Sim, educação especial I e II.

**R4** – Sim, na universidade pagamos algumas disciplinas específicas de Educação Especial. Na verdade, algumas outras disciplinas abordam e discutem em sala de aula sobre a educação inclusiva, assim como também alguns transtornos e deficiências. São abordagens breves, sobre as leis, algumas teorias pedagógicas que nos limita a trabalhar com tais dificuldades.

**R5** – Não!

**R6** – Sim, cursei. Cursei a disciplina de educação especial por dois semestres, e a disciplina de libras.

**R7** – Sim, durante a graduação cursei disciplinas que tratam dessa temática, como Educação Especial I e II, LIBRAS e Psicopedagogia que tratam da inclusão de pessoas com deficiências ou com dificuldades de aprendizagem. Ainda tivemos a oportunidade de cursar e discutir a inclusão na perspectiva afrodescendente e indígena.

**R8** – Sim, porém não o suficiente para colocar em prática o que foi passado em sala de aula, tendo em vista o pouco tempo que estudamos deixa muito a desejar.

**R9** - Sim, tivemos dois componentes os de Educação Especial I, estudamos muito sobre surdez e cultura surda, a inclusão de pessoas com deficiência física, intelectual ou cognitiva nas escolas e no mercado de trabalho e em Educação Especial II estudamos outros tipos de deficiências, a cegueira, baixa visão, deficiências físicas e intelectuais, e outro componente de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) onde estudamos, lemos e vivenciamos a LIBRAS. Mesmo com esses componentes obrigatórios sempre surgiam dúvidas em sala de aula sobre a inclusão e esse tema era bastante discutido e comentado em outros componentes como Desenvolvimento e aprendizagem da Criança, Psicologia entre outros.

**R10** – sim estudei duas cadeiras de educação especial.

**R11** – No decorrer da minha graduação estudei disciplinas nas quais em seus currículos contemplavam a Educação Especial e suas vertentes foram duas cadeiras durante o período Educação Especial I e II.

Quando estudei a disciplina Educação Especial foi feita primeiramente a apresentação da ementa, ou seja, a proposta metodológica, avaliação e afins. Em seguida, foi trabalhado a teoria sobre tudo que seria explorado para aquele momento, depois foi possível realizarmos visitas ao instituto dos cegos, APAE, para a partir de um estudo cuidadoso observar, analisar e conhecer a realidade de cada instituição e sua história para dar continuidade a nossa pesquisa de campo que resultou em um projeto.

**AP 2: Você sente-se seguro para despenhar sua prática ou sua futura prática em sala de aula com alunos (as) que apresentam algum tipo de deficiência? Por quê?**

**R1** – Não, porque a universidade não nos prepara para lidar com a inclusão, então o que aprendemos é na prática do dia a dia.

**R2** – Não, porque não somos preparados para lidar com essas situações, precisamos de formações que nos capacite.

**R3** – Não, porque não vimos nada na prática só teoria.

**R4** – Claramente existe uma grande dificuldade de lidar com esse público que cada vez mais aumenta o número nas escolas, primeiramente, por não termos uma formação adequada para atender tais deficiências, as escolas também não dispõem de um espaço adequado para acolher essas pessoas, dentre isso ainda existe uma falta de equipe pronta para trabalhar com elas, visto que são as diferentes e diversas deficiências, são metodologias e técnicas diferentes, onde uma sala com mais de 15 crianças cada uma com uma dificuldade seja ela intelectual seja ela de aprendizagem. Os professores não estão preparados.

**R5** – Não. Pois acho insuficiente a abordagem dada ao respectivo assunto no decorrer do curso.

**R6** – Bom essa pergunta é um tanto reflexiva, afinal a teoria e a prática ainda se fazem bem distantes quando relacionada a educação especial, mas sim, me sinto segura para desempenhar meu papel com crianças com deficiência, não que a universidade dê suporte para isso a carga horária das disciplinas são poucas, e o assunto é muito amplo, mas por ser uma área que me identifiquei e busco sempre aprender mais.

**R7** - Embora tenha cursado algumas disciplinas que abordam a inclusão, ainda não me sinto totalmente preparada para desempenhar minha prática em turmas com crianças que tenham alguma deficiência. Isso não quer dizer que eu não assumiria, mas que seria preciso me aprofundar muito mais no tema para desempenhar um papel excelente com a criança. As disciplinas cursadas não tiveram duração suficiente para deixar um profissional 100% seguro de sua prática educativa. Para tanto, é necessário que o profissional esteja em constante formação.

**R8** – Não, porque a universidade não nos prepara para lidar com a inclusão, então o que aprendemos é na prática do dia a dia.

**R9** - Não, o que estudamos foi uma pequena base sobre todas as deficiências, eu hoje, tenho uma aluna com Síndrome de Down e procuro ler e me informar como posso trabalhar com ela para que ela seja mais autônoma e possa aprender, encontro barreiras na família, que parece não aceitar as limitações da criança e não dão a ajuda adequada. Já tive alunos com Déficit de atenção, hiperatividade, autistas, mas a aceitação da família ainda é uma barreira, para que essas crianças tenham o desenvolvimento adequado.

**R10** – Não, a formação acadêmica é muito superficial com relação ao trabalho, ao ensino a alunos com deficiência.

**R11** – Totalmente 100% não. Pois na universidade é apenas uma base para tratar da Educação Especial, ou seja, não temos um aprofundamento nessa área, as escolas não oferecem nenhum tipo de capacitação para os educadores, o que acarreta uma lacuna muito grande quando se trata de inclusão.

**AP 3: Que cursos de formação continuada você costuma realizar que venham auxiliar em sua prática junto a alunos com deficiência?**

**R1**- Busco ler sobre o assunto, pedir conselho com quem já trabalha com o assunto.

**R2** – No momento, nenhum.

**R3** – Não faço nenhum curso de formação continuada para essa área.

**R4** – Os cursos de formação continuada, eu busco através de leitura, ajuda com profissionais da área como psicólogos ou psicopedagogos, e no mais a internet, ferramenta essa indispensável para o auxílio do professor.

**R5** – Infelizmente não tive a oportunidade de realizar nenhum curso que abordasse o mesmo.

**R6** – No momento apenas leituras. Estou cursando uma especialização na área de educação infantil, mas durante toda a graduação participei de seminários e congressos que abrangiam esse tema, escrevi artigos para os mesmos.

**R7** - Como recém-formada, ainda não participei de nenhuma formação continuada. No entanto, estou sempre lendo artigos e livros que auxiliem a prática.

**R8** – Busco ler sobre o assunto, pedir conselho com quem já trabalha com o assunto.

**R9** – Ainda não participei de nenhum, procuro me informar na internet, através de artigos e troca de experiências com pessoas que já trabalharam com crianças com deficiência.

**R10** – No momento não estou cursando nenhum curso de formação continuada voltado para trabalhar com crianças com deficiência, como já estou trabalhando, acredito que essa iniciativa de busca e essas informações não devem depender só de nos professores, mas também dos municípios, que devem estar sempre oferecendo formação continuada para os professores, especificamente formações que tratem das deficiências detectadas nas crianças do município.

**R11** – Durante minha experiência profissional em sala de aula, não tive oportunidade de realizar a formação continuada, apenas participei de palestras e congressos sobre inclusão.



**AP 4: O que você entende por deficiência?**

**R1** – Qualquer dificuldade física ou cognitiva que leve a criança a ter uma atenção especial para aprender.

**R2** – São pessoas com necessidades especiais.

**R3** – Eu acho que é uma dificuldade que o ser humano tem, que seja física, psicológica ou etc.

**R4** – O termo deficiência está relacionado a pessoas que possuem limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades, não está relacionado à o termo doença visto que essas pessoas podem ter uma vida normal, claro que com suas limitações. De acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU – Organização das Nações Unidas/ 2006, “as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual (mental), ou sensorial (visão e audição) os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

**R5** - Acho que sou um pouco leiga para opinar à respeito, porém, o que mais sei a respeito é das dificuldades que o indivíduo passa, independentemente da deficiência a inserção do mesmo na vida acadêmica profissional é repleta de preconceito, e exclusão.

**R6** – É a falta ou insuficiência de algo ou algum órgão, que leva o indivíduo a ter limitação ou dificuldade no desenvolvimento de algumas tarefas motoras ou mentais.

**R7** – Compreendo deficiência como uma perda ou anormalidade a longo prazo de algum órgão ou sentido, ou até como uma desvantagem/dificuldade em algum aspecto. É uma compreensão que, na verdade, está sempre em construção, uma vez que novas descobertas sempre vão surgindo.

**R8** – Qualquer dificuldade física ou cognitiva que leve a criança a ter uma atenção especial para aprender.

**R9** - A deficiência é uma limitação que pode ou não impor limites, um aluno cadeirante que vai estudar em uma escola que têm escadas? Ele não consegue chegar ao seu destino, a partir do momento que a escola constrói as rampas de acessibilidade esse aluno pode superar os obstáculos que o impediam de chegar a sala de aula e ser um aluno, estudar, dar trabalho, se interessar, perguntar, interagir. A uma criança ou adulto deficiente é preciso que possamos dar meios para que ele se desenvolva plenamente. Em meu ponto de vista todos somos deficientes em alguma coisa, onde está sua deficiência?

**R10** - Para mim deficiência é alguma falta, seja ela física, intelectual, mental, gerando assim certa dificuldade de aprender.

**R11** – Deficiência é qualquer tipo de perda ou anormalidade que limite as funções físicas, sensoriais ou intelectuais de uma pessoa.

**AP 5: Qual sua posição sobre a acessibilidade apresentada na sociedade para a pessoa com deficiência?**

**R1** – Acho muito precária, a sociedade não esta preparada para respeitar e ajudar a pessoa algum tipo de deficiência, desde a vaga de estacionamento ao acesso a calçadas, restaurantes...

**R2** – Há muito que se fazer ainda, felizmente nas maiorias das escolas, está sendo readaptada para atender os alunos, porém, ainda convivemos com total descaso para com as pessoas que tenham alguma necessidade!!!

**R3** – Em minha opinião eu acho que a sociedade tem muito que melhorar no tocante a acessibilidade das pessoas com deficiência, principalmente no contexto escolar, onde observamos uma tentativa frustrada de inclusão, pois é feita sem nenhum preparo da comunidade escolar.

**R4** – Hoje, diante de fatos acredito que acessibilidade já é algo que move a sociedade, precisamos discutir e se movimentar muito ainda para chegarmos a um ideal, que está distante ainda. Mas é viável notar que a acessibilidade já deu uma melhorada. Cabe ressaltar, nesse cenário, a importância das políticas públicas em assegurar os direitos daqueles que se encontram em situações mais vulneráveis. E ainda complemento em uma formação continuada para que os educadores saibam como se portar diante dessa realidade.

**R5** – Quase inexistente acho necessário um maior empenho, não só das autoridades, mas de todos nós. Todos devemos fazer nossa parte, para que assim a inclusão dos deficientes na sociedade como um todo seja a mesma ou mais próxima possível das que nós temos.

**R6** – Acredito que caminhamos bastante com relação a acessibilidade para deficientes, porém ainda é uma atitude um tanto maquiada, acredito que muito temos a caminhar ainda!

**R7** - Antigamente, as pessoas com deficiência não eram bem vistas pela sociedade, eram, antes de tudo, vistas como um estorvo, um peso para família, uma vez que a acessibilidade era praticamente inexistente, não permitindo que elas ao menos saíssem de casa. Visivelmente, hoje em dia uma grande parte da sociedade não apresenta o comportamento de antes, ao contrário, aceitam e respeitam as diferenças existentes. Além disso, a acessibilidade em

escolas, hospitais e estabelecimentos públicos e privados facilitaram e muito a vida das pessoas com deficiências que hoje estudam, trabalham e lutam por melhores condições.

**R8** – Acho muito precária, a sociedade não está preparada para respeitar e ajudar a pessoa com algum tipo de deficiência, desde a vaga de estacionamento ao acesso a calçadas, restaurante...

**R9** – Melhorou muito, mas ainda precisa melhorar mais, os "normais" precisam respeitar e aprender a conviver com as diferenças, tanto físicas, como intelectuais e sociais esse discurso está muito em pauta hoje e não deve ser deixado de lado. Respeitar para que seja respeitado.

**R10** – Na minha opinião na maioria das vezes a acessibilidade e ate mesmo a “inclusão” de crianças com algum tipo de deficiência em nossa sociedade é apenas uma camuflagem, a lei determina que deve haver a inclusão, mas não dá o suporte, não oferece formação adequada para os professores, o que gera na maioria das vezes o acesso da criança com deficiência na rede regular de ensino, sem um trabalho adequado, porque por mais que o professor busque, leia sempre fica a dúvida será que estou fazendo da maneira correta?

**R11** – A proposta é boa mais falta muita coisa, não é só a consciência das pessoas, mas todo um conjunto envolvendo projetos sociais, educativos, comprometidos, debates, discussões, ações voltadas a melhoria para os deficientes que tem os mesmos direitos dos demais pois perante a lei somos todos iguais.

#### 2.1.2.1 ANÁLISE DOS DADOS: SOU E SEREI PROFESSOR E O QUE ENTENDO DE INCLUSÃO ESCOLAR?

A inclusão escolar vem se desenvolvendo como um fenômeno social complexo, vindo de lutas das famílias das pessoas com necessidades educacionais diversas, para que elas possam ter seus direitos dentro da sociedade contemporânea. Sabemos que a educação é a maior responsável pela socialização dando a possibilidade de uma pessoa conviver com a sociedade viabilizando a integração do individuo com o meio.

Entendemos que a educação é processo dinâmico e flexível, que possibilita o ser humano interagir diretamente com a sociedade e desenvolver suas potencialidades, decidindo sobre seus objetivos e ações. Dessa maneira, reconhecendo que o professor desempenha um papel significativo nessa construção. Para tanto precisam dispor de conhecimentos além daqueles estritamente relacionados aos assuntos que irão lecionar. Torna-se necessário que

esse esteja preparado a promover a educação com o sentido de formação e não apenas como transmissão de conhecimentos.

O conceito de formação é tomado não só como uma atividade de aprendizagem situada em tempos e espaços limitados e precisos, mas também como ação vital de construção de se próprio (NÓVOA, 1995).

Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagem, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e sobretudo, o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é um processo de formação (MOITA, 1992, p.115).

O nosso papel frente à inclusão enquanto educador reside em acreditar que somos capazes de nos tornarmos acolhedores diante as diferenças e crer que a escola em um todo terá que se renovar, pois não se nasce professor essa é uma produção que vai ocorrendo paulatinamente, pois a nova política educacional é construída segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei que abrange as pessoas de todas as classes sociais.

Dentro desta perspectiva da importância do papel do professor frente à inclusão tentamos avaliar o aluno do curso de pedagogia perante o seu conhecimento e os desafios que os esperam no dia a dia.

Dessa maneira, através das respostas dadas pelos alunos, podemos observar as dificuldades enfrentadas pelos mesmos durante a graduação e o seu dia a dia na sala de aula em relação à inclusão escolar e a deficiência.

Na primeira questão onde foi perguntado se em sua graduação ele já havia cursado disciplinas que abordassem a temática inclusão escolar dos 11 alunos entrevistados, apenas 1 afirmou ainda não ter pago as disciplinas sobre educação especial. As alunas afirmam que viram durante a graduação disciplinas como, educação especial I e II, LIBRAS e outras as quais abordavam o tema em discussão, algumas de forma mais sucinta, outras de forma mais aprofundada, no entanto quando se foi perguntado se estavam seguros para desempenhar a prática ou sua futura prática, 10 das entrevistadas falaram que não se sentiam seguras, para desempenhar a prática na sala de aula regular com crianças com deficiência, onde afirmaram que a uma falha na graduação, devido ao tempo, a pouca quantidade de aulas, muita teoria e a falta da prática o que deixa uma lacuna enorme na formação do professor para fazer um bom trabalho em sala de aula.

Quando se perguntou que curso de formação continuada eles costumavam realizar para auxiliar em sua prática junto ao aluno com deficiência, as alunas informaram que não fazem nenhum curso de capacitação continuada, porém tentam buscar informações para auxiliar na prática através de livros, revistas, artigos ou com quem já está em sala de aula. Quando perguntamos o que eles entendiam sobre deficiência foi colocado que deficiência seria a dificuldade física encontrada por uma pessoa ou que deficiência é qualquer tipo de perda ou anormalidade que limite as funções físicas, sensoriais ou intelectuais de uma pessoa. Por fim perguntamos qual a posição deles sobre a acessibilidade apresentada na sociedade para a pessoa com deficiência, todos responderam que a acessibilidade ainda é muito precária perante a sociedade. Dentro das escolas essa acessibilidade ainda é maquiada, pois os professores ainda não estão preparados para receber este público o que deixa à vista a importância do município dar um suporte para a formação continuada, para que as escolas possam acolher essas crianças.

Diante desse questionamento, e das respostas obtidas podemos observar que existe sim uma falha no curso, porém podemos observar que os alunos não procuram suprir essas falhas. Precisamos ir mais além, ou seja, precisamos dispor de conhecimentos além daqueles oferecidos pela graduação.

Devido ao grande número de crianças hoje frequentando as escolas regulares, sabemos que as dificuldades existem claramente tanto do lado da formação inadequada do professor que deve buscar sempre inovar na sua formação para atender essas crianças com deficiência, sabemos que hoje vários autores defendem a causa da educação inclusiva e nos ajudam a continuar a nossa formação. Por outro lado, entendemos que as instituições também são falhas, e as leis para a inclusão escolar existem, porém falta que sejam colocadas em prática. Sabemos que a teoria e a prática ainda se fazem distantes quando relacionadas à educação especial. Depende de nós futuros professores nos adaptar a essa realidade tão presente que é a inclusão.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) nos apresenta o seguinte conceito de deficiência:

Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006, p. 15).

A educação é o alicerce para o desenvolvimento de qualquer cidadão e incluir o aluno com necessidades educacionais especiais é uma forma de respeitá-lo e garantir a possibilidade de seu crescimento.

Sendo a escola o espaço primeiro e fundamental da manifestação da diversidade decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo reconhecendo a possibilidade e o direito de todos que não são por ela alcançados.

Conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua “não preparado” para desenvolver estratégias de ensino diversificadas, pois ensinar é uma tarefa que envolve e exige conhecimento a cerca do ensino/aprendizagem para perceber e atender às especificidades educacionais de seus alunos, cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações. Afinal colocar o aluno em sala de aula regular e não atender o que ele realmente necessita, não é inclusão.

### **3 CONCLUSÃO**

Sabemos da importância para que os alunos com deficiência tenham oportunidades iguais perante a sociedade. Ao realizarmos esse trabalho decidimos analisar através de um questionário os alunos que estão concluindo o curso de pedagogia na UEPB no turno da noite. Boa parte já está em sala de aula para buscar informações de como os profissionais da educação estão sendo preparados para lidar com a inclusão escolar. Tendo como objetivos analisar os desafios que eles enfrentam no dia a dia na sala de aula comum e qual entendimento que apresentam sobre deficiência. Assim como, compreender a compreensão do professor sobre a acessibilidade para que os alunos com deficiência se sintam realmente incluídos. Já que a acessibilidade é um direito garantido pelas pessoas com necessidades especiais, para que todos mantenham uma qualidade de vida adequada, possibilitando a eles acesso a todos os espaços.

Entre tantas dificuldades podemos perceber a falta de preparo do professor que devido às falhas apresentadas na graduação e a falta de uma formação continuada, saem da graduação e entram na sala de aula despreparada para lidar com a diversidade e a especificidade de cada aluno. Pois sabemos que a educação é o alicerce para o desenvolvimento de qualquer cidadão, e que incluir os alunos com necessidades especiais, é também uma forma de garantir a possibilidade de seu crescimento.

A inclusão de crianças com necessidades especiais revela-se dos documentos legais brasileiros. A escola não deve apenas inserir o aluno com deficiência, e sim proporcionar meios que garantam a aprendizagem do mesmo.

Esperamos que este trabalho seja apenas uma semente plantada para a ampliação de uma discussão sobre a inclusão dos deficientes na escola regular, e que nos futuros professores possamos repensar sobre a o nosso agir durante a graduação para que possamos abraçar essa causa com uma mala cheia de conhecimentos de maneira que todas as pessoas envolvidas alunos, professores e famílias, saiam ganhando, pois é esse um assunto muito importante para nossa atualidade.

## **STUDENT WITH DISABILITY? OR DISABLED STUDENT?**

### **WHAT DOES THE TEACHER'S VOICE SAY?**

#### **ABSTRACT**

The present work entitled "Students with disabilities? Or poor student? What the teacher's voice says" aims to analyze the challenges that undergraduate students face in everyday life in the everyday classroom and what understanding they present about disability. As well as, we understand why most schools, common teaching, still offer little accessibility so that students with disabilities feel really included. The methodology applied for this research was qualitative approach with descriptive analytical character, considering the application of questionnaire. The questionnaire presented the following questions: In your undergraduate program did you already study subjects that approach the subject of school inclusion? Do you feel safe to play your practice or your future classroom practice with students who have some kind of disability? Because? What course of continuing education do you usually carry out that will assist in your practice with students with disabilities? What do you mean by disability? What is your position on accessibility in society for people with disabilities? This work was based on reports from the undergraduate students who already work in the classroom and who are completing the pedagogy course at UEPB during the night shift. The analysis of the questionnaire presents problems in which undergraduates do not feel prepared to deal with children with disabilities and problems in the process of inclusion in regular school.

Keywords: Education. School inclusion. Deficiency

**REFERÊNCIAS:**

BARBOSA, A; GOMES, C. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. Revista Brasileira de Educação Especial, v.12, n.1, p.8, 2006.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Diário oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 dez.1961. disponível em: [http://www.planalto.com.br/civil\\_03/LEIS/L4024.htm](http://www.planalto.com.br/civil_03/LEIS/L4024.htm) Acesso em março de 2018

BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004, 175 p.

\_\_\_\_\_. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: 2006.

DECHICHI, C. Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental. Tese (Doutorado em Psicologia Educacional). - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

\_\_\_\_\_. Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU, 1948.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, 1995.

GUGEL, M. A. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade - 2007. Disponível em: <http://www.ampid.org.com.br/Artigos/PD.Historia.phd> Acesso em: março 2018.

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9394/96. 1996

**Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 2000. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L10098.htm>>. Acesso em: 12 de abril de 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006, 64p.



MANZINI, E. J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: eduel, 2003.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Aspectos históricos da educação de pessoas com deficiência: da marginalização à busca pela educação inclusiva. Natal: EDUFRN, 2009.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, E. G. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. 1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

MENDES, E. G. Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil. In: PADILHA, M. S. e MARINS, S. C. F. (org.). Escola Inclusiva. São Carlos: Edufscar, 2002.

MENDES, E. G. Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EDUFSCAR, p.221-230, 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.) Pesquisa Social; Teoria Método e Criatividade. 29ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOITA, A. da C. Percursos de formação e de trans-formação. In: NÓVOA, A. (org) Vidas de professores. Portugal: Porto,1992. p.111 – 139.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (org). os professores e sua formação. Portugal: Dom Quixote, 1995.

RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência**: as relações que travamos com o mundo. São Paulo: Cortez, 2007.

RODRIGUES, David (org.) “Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva”, S. Paulo. Summus Editorial, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. - **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.